

## AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ALEMANHA DURANTE O SEGUNDO REINADO (\*).

**PEDRO MOACYR CAMPOS**

Professor-adjunto de História da Civilização Antiga e  
Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
da Universidade de São Paulo.

Bem diferente se apresenta o panorama das relações do Brasil com a Alemanha, quando comparado às relações com outras grandes potências européias, tais como a França e a Inglaterra. Nota-se, de início, corresponderem os primeiros tempos do segundo reinado, em certa medida, a uma redução na intensidade das relações com a Alemanha. Isto se pode verificar já pelo menor número de expedições científicas e, mesmo, pela menor importância das que tiveram lugar, diante do que acontecera no primeiro reinado, ou que sucederá na fase final do governo de D. Pedro II (cf. tomo II, vol. 3º, págs. 429-430). A própria imigração alemã passa por uma fase difícil, assinalada especialmente pelo regulamento von der Heydt de 1859, proibindo o aliciamento de colonos para o Brasil (cf. tomo II, vol. 3º, pág. 230) e que apenas foi revogado em 1896. Do ponto de vista político, por outro lado, eram as condições da Alemanha, voltada para os problemas oriundos da delicada tarefa de unificação nacional, que afastavam o país do jôgo mundial das grandes potências, no qual o papel preponderante cabia aos britânicos. Culturalmente falando, inclinava-se o Brasil, cada vez mais, para a França, sendo mínima no país — se excetuarmos os descententes de alemães — até mesmo a penetração da língua alemã. Aplicação de capitais germânicos, praticamente, não houve, pois a não desprezível contribuição alemã para o desenvolvimento brasileiro partia dos colonos, conforme nos diz Oberacker:

“Os empreendimentos industriais dos imigrantes cresciam em harmonia e nas proporções das necessidades nacionais; hauriam o capital exigido pelo crescimento das empresas na própria economia

(\*) . — Capítulo do vol. VI da *História da Civilização Brasileira*, a ser brevemente publicado pela *Difusão Européia do Livro*.

nacional, em paulatina expansão. Ao contrário de outros estabelecimentos estrangeiros de tipo puramente capitalista, não expunham o país, assim, a uma dependência financeira e serviam, segundo sua própria natureza, exclusivamente aos interesses nacionais, e nunca a propósitos capitalistas-financeiros de caráter internacional (*Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation*, pág. 269)".

Em vista disto, tal contribuição não se enquadra num capítulo de relações com a Alemanha, tendo sido tratada na parte concernente à colonização (cf. tomo II, vol. 3º, págs. 220-245).

Relevante parece-nos ser apenas o aspecto comercial. O Brasil, de fato, mostrava-se disposto a ampliar seu intercâmbio comercial, para escapar — dentro das possibilidades — à preponderância britânica; a Alemanha, de seu lado, após 1870, empenhava-se na concorrência comercial com a Inglaterra. Não deveria o Brasil, assim, deixar de ser um dos cenários em que se desenrolaria o conflito econômico das grandes potências.

\*

#### A MISSÃO DO VISCONDE DE ABRANTES.

Talvez a mais importante iniciativa do govêrno imperial, no tocante às relações comerciais com a Alemanha, tenha sido a missão especial confiada a Miguel Calmon, Visconde de Abrantes, enviado à Europa como o objetivo, entre outros, de "tratar com a Associação das Alfândegas alemãs", conforme se lê nas Instruções de 23 de agosto de 1844. A intenção do govêrno imperial consistia em

"promover o consumo de nossos gêneros, aliviando-os, por meio de transações diplomáticas, dos pesados direitos e alcavalas"

a que os sujeitavam na Europa; outra não era a opinião pessoal do Visconde, ao assim expressar-se:

"Quanto a mim, o Govêrno Imperial, nas circunstâncias atuais do País, não tem nem deve ter em vista outro fim, que não seja promover o consumo dos nossos produtos nos mercados da Europa, aliviando a sua importação quando carregada de fortes direitos, ou facilitando-a quando embaraçada por quaisquer outros motivos. E' o que tem feito, e não cessa de fazer, sem todavia achar-se em estado de tanto apuro como o nosso, a União Americana do norte à respeito de sua produção; e é o que nos cumpre fazer, envidando para isso todos os nossos esforços, mòmrente na presente conjuntura (*A Missão especial do Visconde de Abrantes*, I, págs. 101-102)".

Não parece ter sido iniciada sob bons auspícios a missão do Visconde: partindo para Berlim sem instruções,

“abandonado aos meus próprios e acanhados recursos” (*A Missão...*, I, pág. 323),

não dispendo de informações e esclarecimentos exigidos pelo caso (*A Missão...*, I, págs. 71, 224), alinhava ainda, em seu desfavor, a oposição das outras potências, como se vê:

“Por outro lado a diplomacia Inglesa, Hollandeza e Franceza, prevalecendo-se, como me consta, (...) tem tractado sem disfarce (...) de fazer aqui as mais desfavoráveis ensinuações sôbre o estado de perturbação de nosso Paiz, exiguidade do mercado que podemos offerer a industria allemã, inferior qualidade dos nossos productos etc., no intuito de embaraçarem, ou mesmo fazerem malogar qualquer negociação vantajosa entre o Brasil e a Allemanha.

Nem era de esperar menos da Inglaterra, cujo interesse se oppõe à que o Zollverein promova e extenda suas relações commerciaes além do Atlantico; da Hollanda, que tem o maior empenho em conservar todo o mercado da Allemanha para o café e assucar de suas possessões. mormente de Java; e da França, que nunca deseja que os outros alcancem o que ella não póde obter (*A Missão...*, pág. 70; cf. págs 205, 254)”.

Até outubro de 1846 permaneceu na Europa o Visconde de Abrantes. Sua missão malogrou, não se firmando qualquer tratado com o Zollverein. Mas da leitura da documentação, publicada em 1853 (*A Missão Especial do Visconde de Abrantes*, Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, Impressor da Casa Imperial, 2 tomos), depreendem-se vários aspectos interessantes para caracterizar a posição do Brasil frente à Alemanha de então. De parte dos alemães, a crer-se na correspondência do Visconde, haveria, por vêzes, mais curiosidade do que prôpriamente interesse; em relação ao Brasil (*A Missão...*, I, págs. 77-78), apresentando-se a atmosfera berlinense bem pouco simpática ao brasileiro; êste lá pretendia permanecer o menor tempo possível (pág. 77), não encontrando sequer

“vestígios da Legação que em outro tempo fôra estabelecida em Berlim (I, pág. 217)”.

Obstáculos ponderáveis, tanto de ordem política como econômica, levantavam-se diante da missão Abrantes, encarregada de negociar com um Zollverein em que grandes eram as desconfianças dos pequenos Estados frente à Prússia e tendo a vencer a concorrência dos países cujas colônias ofereciam ao mercado germânico produtos idênticos aos brasileiros. Com freqüência, assim, encontramos significativas referências a embaraços determinados por manobras de espanhóis e holandeses, especialmente, uma vez que

“Havana e Java são, de certo, as mais poderosas rivais do Brasil nos mercados da Europa (I, pág. 80)”.

Era manifesta, além disso, a inferioridade dos produtos brasileiros diante dos de outras procedências (I, págs. 102, 244-245). Estas circunstâncias contribuíam de muito para que os germânicos não se mostrassem liberais em suas propostas, insistindo sempre, ao contrário, nas vantagens que pretendiam obter relativamente ao consumo de seus próprios produtos no Brasil. Não deixavam, também, de manifestar impaciência com a lentidão das negociações, segundo se infere da nota do Barão de Buelow ao Visconde, em 17 de abril de 1845:

“Já lá vão dous mezes, Snr. Visconde, depois que temos o prazer de ver-vos aqui, sem que nos tenhaes feito aberturas mais precisas sobre o objecto de vossa missão especial e extraordinaria (*A Missão...*, I, pág. 82)”.

O que sucedia, porém, era que o infelizmente Visconde continuava esperando pelas informações do governo brasileiro, sem as quais não poderia fazer “aberturas mais especiais” . . . (pág. 84; cf. págs. 224, 233, 237, 263, 281). Isto, é verdade, a despeito de estar convencido da existência de condições propícias à conclusão do tratado de comércio, como se vê:

“Está hoje bem demonstrado que, tractados de commercio, verdadeiramente taes, são possíveis somente entre nações que tenham: 1º. productos diferentes, cuja troca se promova sem offensa da propria industria e cultura; e 2º. tarifas de direitos elevados, cuja diminuição reciproca offereça vantagem aos consumidores sem perda dos productores domesticos: ora, felismente o Brasil e o Zollverein acham-se em ambos os casos, ou estão predispostos para a negociação (*A Missão...*, I, pág. 103)”.

Preparou-se a minuta do tratado, com redução de 25% nas tarifas para os produtos brasileiros e alemães importados pelas partes contratantes, liberdade recíproca de navegação e outras vantagens para ambos os lados, a vigorar pelo prazo de seis anos. Mas a sorte não favorecia o Visconde. A substituição do Barão de Buelow pelo Barão de Canitz no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Prússia, em fins de 1845, parece ter tornado ainda mais problemático o êxito da missão, dadas as pretensões excessivas do novo ministro, conforme se lê em officio de 14 de novembro de 1845. Chegava-se a duvidar, até, dos verdadeiros objetivos do Visconde.

“pois em verdade, parecendo a todos impossível que eu viesse em missão especial sem instrucções, ou que estas não me tenham

sido remetidas no longo espaço de quasi um anno, este Gabinete não deixará de considerar-me, como já me considera a imprensa allemã e franceza, mero instrumento d'uma politica que mais tinha em vista os negocios do Rio da Prata, do que um Tratado de Commercio. Tenho ouvido que pessoas da administração prussiana estão já persuadidas disso; e talvez essa persuasão tenha inspirado a redacção da nota inclusa de Mr. de Canitz, cujo fim principal parece ter sido antes chamar-me a uma discussão para seu desengano, do que propor-me bases serias para uma negociação (I, pág. 224)".

Efetivamente, a nota do barão de Canitz confirmava o pessimismo anunciado, aludindo, inclusive, a que

"o govêrno do Brasil augmentou recentemente a sua tarifa com grande prejuizo dos productos dos Estados do Zollverein, sendo avaliados por tão alto preço, que a sua importação torna-se quase impossivel (*A Missão...*, I, pág. 226)" (1).

Os produtores alemães, aliás, queixavam-se dos direitos exigidos pelo Brasil para a importação de suas mercadorias, pois eram nitidamente prejudicados em favor da Grã-Bretanha e, mesmo, da França (cf. *A Missão...* I, págs. 232 ss.) e tudo isto não contribuía para facilitar a conclusão do tratado nas bases propostas pelo Visconde (2). O govêrno imperial, por sua vez, mediante parecer da Sala das Secções do Conselho de Estado, datada de 12 de setembro de 1845, discordava dos principais têrmos da minuta do Visconde. Diante de mais esta frente de problemas que se lhe abria, convencia-se êle da inutilidade de seus esforços, buscando para tanto razões mais profundas do que as circunstâncias de momento, afirmando reconhecer

"a tremenda responsabilidade que pésa hoje sobre aquelles, que entre nós tem de aconselhar, ou instruir, ou dirigir, ou ratificar a negociação de um Tratado de commercio. Victimas por 18 annos de convenções, onde mais dominou a conveniencia moral de ligar o novo Imperio às outras Potencias do Mundo, do que o interesse material do paiz, estamos hoje como o cativo de mouros, ha pouco

- 
- (1). — Esta alegação é contestada pelo Visconde, como se vê: "E' inegável que o Brasil há pouco tempo, e pela vez primeira organisou uma tarifa para suas Alfandegas, em substituição a alguns artigos dos Tratados de 1810, e 1828 entre Portugal, e depois entre o Brasil, e a Grã-Bretanha, artigos que rigorosamente fallando constituíam a antiga tarifa, visto que em virtude delles, e de uma Lei posterior provocada por elles, cobrava-se uniformemente 15 por % de direitos sobre todas as mercadorias, fossem estas ordinarias e de consumo necessario, ou fossem superfinas e de mero luxo. Entretanto estou persuadido de que não poder-se-ha provar, que a tarifa actual do Brasil tenha augmentado os direitos a ponto de tornar impossiveis ali as importações da Alemanha (*A Missão...*, I, pág. 296)".
- (2). — Veja-se a elucidativa passagem acêrca das informações de que dispunha o Visconde, a págs. 233-234 de *A Missão...*, I.

resgatado, que treme e se arrepella ao tinir dos ferros. Não me maravilha pois que se tenha formado no Imperio uma opinião adversa a tratados: é uma reacção tão natural como qualquer outra. Nem tão pouco censuro a timidez e precaução com que tractamos agora de encetar novas negociações e o desejo que temos de tirar nossa desforra (*A Missão...*, I, pág. 258)".

Em 6 de junho de 1846 era dada como oficialmente encerrada a missão do Visconde em Berlim, permanecendo êle na Alemanha apenas ainda o tempo necessário para formalizar o malôgro de suas negociações. Automaticamente, anularam-se também as perspectivas de conclusão de um tratado com o Hanover, cabeça do *Steuerverein*, pois deveria assinar-se um acôrdo semelhante ao que se firmasse com o *Zollverein* (*A Missão...*, II, págs. 33-45).

\*

#### HAMBURGO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL.

Como já foi visto em capítulo concernente ao reconhecimento da Independência (Cf. tomo II, vol. 1º, págs. 373-375), relevante era o interêsse das cidades hanseáticas no comércio com a América Latina em geral, com o Brasil, no nosso caso. Daí a missão do Dr. Carl Sieveking, do Senador Gildemeister, de Bremen, e de Adolph Schramm, a que então nos referimos (3).

Hamburgo, especialmente, voltava-se para as plagas brasileiras, e mesmo antes da assinatura do tratado em que se reconhecia a Independência do Império, já se calculava irem para aquêle pôrto mais ou menos dois terços da produção brasileira de açúcar. Após 1827 as transações intensificaram-se, apresentando-se os alemães, inclusive, com ao menos uma clara vantagem sôbre os comerciantes britânicos, detentores de incontestável preponderância no mercado brasileiro. Tratava-se do seguinte, conforme nos diz P. E. Schramm em seu *Deutschland und Uebersee* (págs. 68 e ss.): os inglêses queriam vender seus produtos manufaturados, mas podiam buscar os produtos coloniais onde quisessem; vendiam ao Brasil, em vista disso, mais do que compravam. Os alemães, ao contrário, interessavam-se preliminarmente pela aquisição de café, açúcar e o mais que o Brasil pudesse oferecer; em troca disso, punham à disposição produtos industriais, mas pagavam o restante em dinheiro, resultando daí deixarem no país mais

---

(3). — Em 1963-1964 foi publicado o excelente trabalho de P. E. Schramm, *Neun Generationen, Dreihundert Jahre deutscher Kulturgeschichte im Licht einer Hamburger Buergerfamilie (1648-1948)*. Vandenhoeck & Ruprecht, Goettingen, 2 vols., 495 e 653 págs. No vol. I, págs. 436-452, encontra-se o relato da missão hanseática ao Brasil em 1827.

dinheiro do que dêle recebiam. Graças a isto, já em 1822, estava a Câmara do Comércio de Hamburgo em condições de acentuar a significação de sua cidade para as exportações brasileiras.

Os britânicos ressentiam-se da concorrência alemã, objeto de discussões no Parlamento desde o início da década de 1840 e tendendo sempre a aumentar, daí por diante. Os germânicos, por sua vez, abrangendo-se nesta esfera de interesses também o Império Austro-Húngaro, formulavam planos acêrca do intercâmbio com o Brasil; Friedrich List chegou, mesmo, a sonhar com a possibilidade de tornar-se o Brasil mais importante para a Alemanha do que as Índias Orientais para a Grã-Bretanha (4), isto justamente quando o Príncipe Adalberto da Prússia visitava nosso país e o Zollverein inclinava-se às negociações que levaram à Europa o Visconde de Abrantes. Este último, na sua correspondência, embora nunca esqueça os portos do Báltico, menciona repetidas vêzes Hamburgo como o grande entreposto de mercadorias brasileiras na Europa Central, importância esta que tendia a aumentar em virtude do malôgro das negociações com o Zollverein. Não foi por mera coincidência, assim, que logo depois, em 1849, se organizou em Hamburgo o *Colonisationsverein* e que Ernst Merck acalentou o plano de uma linha regular de navegação para o Brasil (Schramm, *Hamburg, Deutschland und die Welt*, págs. 117, 256). Tal linha, contudo, somente foi instalada em 1853, por Robert Miles Sloman (cf. B. Studt e H. Olsen, *Hamburg — Die Geschichte einer Stadt*, pág. 208; Schramm, *Hamburg . . .*, pág. 258), sob a designação de *Hamburg-Brasilianische Paketschiffahrt-Gesellschaft*. Note-se, de passagem, que os hamburgueses não raro trabalhavam com créditos e navios britânicos, e que os inglêses, além disso, anteciparam-se por três anos no lançamento da linha regular de navegação para o Brasil (cf. Schramm, *Hamburg . . .*, pág. 166).

Com os progressos no sentido da unificação política teuta, apesar da constante oposição britânica, coincidiu o inaudito desenvolvimento da marinha mercante alemã, cabendo a Hamburgo, mais uma vez, o papel decisivo nos contactos com o Brasil:

“em 1867, fundou-se a *Brasilianische Dampfschiffahrts-Gesellschaft*, predecessora da *Hamburg-Suedamerikanische Dampfschiffahrts-gesellschaft* (mais conhecida como *Hamburg-Sued*), cujos altaneiros vapores, a partir de 1871, representavam, em primeiro lugar, o nome de Hamburgo no Atlântico Sul”.

---

(4). — Possivelmente estivessem tais cogitações na raiz de planos expansionistas imputados pela propaganda aliada à Alemanha durante a guerra de 1914. Cf., p. ex., Émile R. Wagner, *L'Allemagne et l'Amérique Latine*, Paris, Alcan, 1918, 322 págs.

Fundaram-na onze firmas, dentre as quais destacavam-se J. Schuback & Soehne e a família Amsinck (cf. Studt e Olsen, *op. cit.*, págs. 208 e 217). A cremos no testemunho de O. Canstatt as viagens por êstes barcos, na década de 1870, estariam longe de enquadrar-se entre as experiências agradáveis. E' verdade que o autor nos informa por ouvir dizer, através do relato de

“uma senhora que se deixou persuadir a escolher um dos vapores hamburgueses para a travessia”,

mas o depoimento apresentado é tão decisivamente desanimador que somos levados a acreditar, ao menos, nas suas linhas gerais (O. Canstatt, *Brasil, a terra e a gente*, págs. 148-154) (5).

Em 1876, estendeu suas linhas ao Brasil o Norddeutscher Lloyd, que fôra fundado em Bremen, pelo cônsul H. H. Meyer, em 1857. Por esta época já se pode dizer integrar-se a navegação para o Brasil no amplo episódio da concorrência teuto-britânica, a culminar na guerra de 1914.

\*

### COMERCIANTES ALEMÃES NO BRASIL.

O estabelecimento de comerciantes alemães no Brasil não era novidade, remontando, quando mais não fôsse, ao tempo dos holandeses. Com a vinda de D. João o panorama tornara-se propício à vinda de novos elementos, melhorando ainda com o reinado de D. Pedro I. Assim sendo, quase sem qualquer dúvida, podemos afirmar que a maior parte das 98 firmas alemãs radicadas na América do Sul, relacionadas no *Weserzeitung* de 10 de fevereiro de 1846, localizava-se em território brasileiro (cf. Schramm, *Hamburg...*, pág. 83; *Deutschland und Uebersee*, pág. 55).

Lembremos, todavia, não se limitarem à América os interesses de Hamburgo e de outras cidades alemãs. Diziam respeito, também, à África, a ponto de podermos considerar aquêlo pôrto como uma das bases para o início da penetração teuta no continente africano, em 1832. Nada mais natural, então, do que procurarem os alemães entrosar seus interesses no Brasil com os da costa africana. Assim é que, no caso das firmas comerciais, chegamos a perceber, por vêzes, uma oscilação entre os dois lados do Atlântico Sul, como se vê no

---

(5). — Segundo Canstatt, os barcos inglêses não eram superiores aos alemães, ao menos no serviço regular para o Brasil. Os melhores navios seriam os franceses.

caso de Friedrich Christian Bahre (1785-1848) — interessado na África, mas cujo filho voltou-se para o Brasil — da firma Santos & Monteiro, de Altona — mantendo relações concomitantemente com as duas costas (6) — de Cesar Hartung — transferindo-se de Sierra Leoa para o sul do Brasil — e outros.

Um dos mais interessantes exemplos da firma alemã fixada no Brasil proporciona-nos o caso de Adolph Schramm (antepassado do importante historiador contemporâneo Percy Ernst Schramm), desde 1831 estabelecido em Pernambuco (Cf. Schramm, *Deutschland...*, pág. 71; idem, *Neun Generationen* I, págs. 452-465). A firma Adolph Schramm & Co. voltava-se precipuamente, para o comércio do açúcar, mas logo passou a interessar-se pela produção do mesmo. Daí a aquisição de extensa propriedade em Maroim, província de Sergipe, às margens do rio Cotinguiba.

“Aqui nesta província abandonada — escreve Adolph Schramm em 1846 ao síndico Sieveking, em Hamburgo — represento o progresso e, como chefe da única casa estrangeira e maior fortuna local, gozo de não insignificante influência”.

Uma máquina a vapor, inclusive, dava testemunho da verdade destas palavras. Não se negligenciava, por outro lado, a importação de produtos centro-europeus, tais como linho de Bielefeld, artigos de algodão de Augsburg, musselina, rendas e roupas femininas de St. Gall. Tudo isto, naturalmente, estava em conexão com a crescente industrialização da Alemanha e sua necessidade de intercâmbio (Schramm, *Neun Generationen*, I, págs. 459-460).

Vicissitudes tais como a concorrência de açúcar de beterraba nos mercados europeus e a queda de valor do Milréis foram superadas com relativa facilidade. Adolph, que regressara à Europa em 1841, voltou ao Brasil, onde permaneceu de 1844 a 1848. Dividia sua vida entre Maroim e o Rio de Janeiro, onde cêrca de uma dúzia de firmas alemãs desempenhavam um papel modesto, quando comparado com as firmas britânicas, norte-americanas e mesmo francesas. Na capital do Império, contava entre seus amigos o presidente do Conselho de Ministros, Holanda Cavalcanti de Albuquerque, circunstância que

---

(6). — “Os hanseatas combinavam as viagens de ida e volta com tôdas as outras viagens possíveis — de Zanzibar para Guiné, da Guiné para o Brasil, do Brasil para a Guiné, da Guiné para a França, Inglaterra e Estados Unidos — conseguindo, com isto, um equilíbrio entre a exportação e importação. Transformaram-se, assim, nos intermediários, não só entre a Alemanha e a África, mas também entre a África, os restantes países cultos e a América, bem como entre os diversos espaços econômicos africanos (Schramm, *Deutschland...*, pág. 221)”.

foi de valia quando passou a interessar-se pela imigração alemã (Schramm, *Neun...*, I, págs. 461-464; II, págs. 131 e ss.).

Em Maroim morava o irmão de Adolph, Ernst, chefe da firma no Brasil quando do regresso de Adolph à Alemanha, no fim da década de 40, e para lá levou êle sua consorte, ao casar-se, em 1858, com Adolphine Jencquel. Esta, contando 32 anos e pertencente a tradicional família hamburguesa, fêz sua viagem de núpcias pela Europa, especialmente Paris e Londres, antes de dirigir-se para sua definitiva residência, em Maroim, Sergipe ...

A correspondência de Adolphine com seus parentes de Hamburgo constituiu-se em valioso documento para avaliar-se da vida dos alemães então aqui estabelecidos (8). Desde as primeiras (apenas as primeiras) favoráveis impressões da Bahia e do espanto diante da natureza tropical, até o completo desencanto e a morte em meio à epidemia de cólera, em abril de 1863, acompanhamos os problemas e as modestas alegrias de Adolphine, suas observações acêrca dos escravos, sua vida cotidiana e os acontecimentos extraordinários, interrompendo a rotina (9). Entre êstes, aliás, incluiu-se uma visita

---

(7). — Correspondência reproduzida in Schramm, *Neun...*, II, págs. 205-225.

(8). — Não apenas para o Brasil, mas para inúmeros locais do que podemos talvez designar — do ponto de vista econômico — como o mundo colonial de então, dirigiram-se os alemães, sempre conscientes das dificuldades a serem enfrentadas, como se vê pelas palavras do hamburguês Senador Geffcken, em 1853: "Quantos hanseatas já não foram vítimas da febre em Veracruz, Havana, New Orleans, Bahia, Rio, Batávia, isto sem falarmos dos perigos representados pela viagem marítima!" (Schramm, *Deutschland...*, pág. 285). Uma das mais interessantes cartas de Adolphine, por sua vez, dá uma idéa de como o clima agia sobre os teutos: "Certamente não me reconhecerias, se me encontrasses sem saber que eu havia retornado, tão gorda e amarela como um marmelo tornei-me eu. É horrível! Há pouco tempo foi até cômico, quando Ernst mostrou meu retrato a um italiano, Senhor Agrenta, e êste, num momento impensado, não sopitou a franqueza e disse: "Mas nunca se diria que Dona Adolfina foi tão bonita! Com certeza êste retrato foi tirado há muito tempo? — Quatro anos, foi a resposta, e seu espanto não teve limites!" (Carta de 25 de julho de 1862).

(9). — Bem poucos acontecimentos, aliás. Cf. carta de 26 de março de 1860: "Uma vez que aqui acontece tão pouca coisa digna de nota e vemos sempre as mesmas pessoas, muitas vezes há falta de assunto, e frequentemente falta também a elasticidade. As asperezas reciprocas amenizam-se menos, em virtude de tão pouco contato com o mundo exterior, a tolerância reduz-se; pois sabemos que os outros têm que nos aguentar. Em suas 4 paredes, cada um é como se fôsse um pequeno deus; mas reunam-se êstes deuses, e nem sempre haverá alegrias olímpicas, mas por vezes um tanto de aborrecimento.

Fizemos vir vários livros interessantes; e agora são êles lidos por todos os membros de nossa pequena colônia alemã. Muitas vezes isto me dá idéa de uma biblioteca de aluguel em miniatura, pois sou muito rigorosa, no que concerne à ordem: deve sempre ser restituído o livro emprestado, antes que eu entregue um nôvo".

do Imperador a Maroim, cabendo a Ernst Schramm, pouco tempo depois, ser agraciado com a Ordem da Rosa. A carta de 30 de setembro de 1862, finalmente, denuncia um estado de espírito a cujo respeito dispensam-se os comentários; êi-la:

“Certamente será brilhante o futuro das Índias Orientais, se em poucos anos já dá frutos a plantação de algodão que lá vocês possuem, isto justamente quando as colheitas do sul dos Estados- Unidos destruíram-se por muitos anos. Se Ernst fôsse uns quinze anos mais moço, eu o convenceria a mandar o açúcar às urtigas e a fundar uma grande casa nas Índias Orientais. Gostaria muito de conhecê-las e sempre penso que Ernst, Max e eu ainda iremos lá, partindo da Europa. A viagem é tão variada e por si mesma já leva a tantos pontos interessantes, que pode ser tida como um divertimento, ao passo que uma viagem para o Brasil nada tem a oferecer”.

A morte de Adolphine teria feito com que Ernst decidisse voltar para a Europa. Só o fez, porém, em 1866, quando transferiu seu capital para a Alemanha. Levava consigo, então, seu filho Max (1861-1928), nascido no Brasil e que chegaria a ser burgomestre da cidade de Hamburgo.

Digna de nota, entre outras, foi a firma Theodor Wille, também originária de Hamburgo, estabelecida em Santos já em 1844, com ramos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Conforme nos diz Oberacker (*Der deutsche Beitrag...*, pág. 276), foi ela responsável pela introdução no país de uma série de máquinas então desconhecidas no mercado nacional, conquistando para os produtos brasileiros, por outro lado, o campo mundial.

Não apenas firmas procedentes da Alemanha, mas também firmas fundadas por alemães radicados no Brasil, voltavam-se normalmente para o intercâmbio com a Europa central, incluindo-se aí o Império Austro-Húngaro; esta atividade criou ainda novo alento uma vez completada a unificação alemã em 1871. Além de Theodor Wille, nomes como Hermann Stoltz, Bromberg, Karl Hoepcke e outros merecem especial consideração. Sua atividade expandiu-se de tal forma que — mesmo levando-se em conta o papel secundário ocupado pelo Brasil nos interesses comerciais alemães, quando comparado à África, por exemplo — acabou por desempenhar um certo papel na concorrência anglo-alemã, enquadrada, é verdade, no panorama global da luta pelos mercados. E' o que surge de maneira suficientemente clara nos papéis consulares britânicos na década de 1886. Assim, tratando da indústria açucareira estabelecida pelos britânicos em Pernambuco, chama-se a atenção para a preferência da-

da ao maquinário de origem francesa ou alemã (10). No mesmo ano, o relatório referente à cidade de Santos fala da

“completa transferência da importação de louças e vidros de fontes inglesas para alemãs”,

e de idêntica ameaça sobre artigos de cutelaria e aço. Nota-se que

“a opinião pública está agora perfeitamente conciente da questão da competição estrangeira”,

devendo os britânicos

“por todos os meios legítimos, firmar e manter sua posição em face de perigosos rivais (11)”.

A mesma tecla é batida em documentos semelhantes, tratem êles de São Paulo ou da Bahia, por exemplo (12). Merece destaque o relatório do cônsul geral inglês em Hamburgo em 1888:

“Em tôdas as direções do globo a Alemanha expande com insistência permanente e frutuosa sua atividade comercial ... e se êles (os comerciantes britânicos) permitirem aos seus competidores superá-los nos pequenos mercados, os resultados totais podem revelar-se mais desastrosos do que jamais possam ter pensado ser possível (Schramm, *Deutschland...*, pág. 104; cf. *Hamburg...*, pág. 170 ss.)”.

Mesmo antes disso, em 1871, referindo-se às vítimas dos tormentos impostos pela alfândega brasileira aos importadores, assim se expressava Canstatt

“Muitas vêzes ... ouve-se o praguejar em tôdas as línguas contra o sistema aduaneiro brasileiro que zomba de todo o bom senso. Enérgicas pragas alemãs não são das mais raras, porquanto o grosso do comércio nos portos mais importantes acha-se nas mãos de alemães (*Op. cit.*, pág. 164)”.

\*

- 
- (10). — *Report on the trade and commerce of Pernambuco for the year 1886*, in “British Documents, Accounts & Papers, Commercial Reports”, London, 1887, v. LXXXIII.
- (11). — *Report on the trade and commerce of Santos*, in “the Province of São Paulo, for the year 1886, in Brit. Docs., Accounts & Papers, commercial reports”, London, 1887, v. LXXXIII.
- (12). — Cf. *Report by consul Stevens on the trade and Commerce of the Province of Bahia for the years 1881, 1882 and 1883, with general remarks and observations*, in “Brit. Docs., Acc. & Pap. Comm. Reports”, London, 1884, v. LXXXI.

## O INTERCÂMBIO COMERCIAL.

O volume do intercâmbio comercial Brasil-Alemanha não é fácil de estabelecer-se com exatidão, ou mesmo aproximadamente, pois a carência de dados no setor parece ser um fato.

A correspondência do Visconde de Abrantes, deixando sempre bem clara a insuficiência e as reservas com que devem ser consideradas as informações então conseguidas (13), ajuda-nos a ter uma idéa do intercâmbio em meados do século, como se vê —

“O Barão de Reden, na sua acreditada obra *Estatistica Commercial* publicada em 1844, avalia a exportação do Zollverein, pelos portos Hanseáticos, e do Baltico, só para o Rio de Janeiro, em 1.700.000 thalers (14), e para o Brasil em geral em 2.550.000, iguais a 3.672 contos; mas deixa de calcular a exportação verificada pelos portos da Hollanda, Belgica, e França, omissão tanto mais notável, quanto é constante que, sobretudo nos meses do gêlo ou quando está fechado o pôrto de Hamburgo, muitas mercadorias do Zollverein são expedidas por Antuerpia e mesmo pelo Havre. E’ pois manifesto, que êste orçamento do Sr. de Reden está muito aquém da exactidão”.

“Segundo a Revista Commercial, feita no Rio por Mr. Levy, cujo trabalho infatigavel não deixa de inspirar confiança, entre o numero de volumes que em 1844 ahi importámos, apparecem 31.279 de Inglaterra, e 5.374 da Allemanha, vindo por tanto a ser a importação Alleman 1/6 da Ingleza. Ora, o valor exportado da Inglaterra para o Brasil, no dito anno, conforme as listas publicadas pelo *Board of Trade*, andou por 2,413.000 libras esterlinas, avaliação official ou por quasi 3,000.000, avaliação real; podendo-se estimar que perto de metade desta somma fôra importada no Rio, e o mais nas Provincias. E como seja certo que o valor das mercadorias Allemans não dista muito do das Inglezazs, temos que se pode orçar em 250.000 L. a importação do Zollverein no Rio; e ajuntando-se, como importado em todas as outras Provincias do Imperio mais de metade desse valor, não será fora de razão estimar em L. 600.000 a importação total do Zollverein; somma que equivale a perto de 6 mil contos (*A Missão...*, I, págs. 110-111)”.

---

(13). — Cf. *A Missão...* I, págs. 112-112: “Não temo que quando os calculos procedentes hajam de falhar, a mim se me impute falta de diligência ou de zêlo. Declaro que trabalhei quanto pude, e com a melhor vontade de acertar e bem servir ao meu Paiz; mas que não me foi dado, nem creio que a ninguém seria, chegar à uma demonstração exacta. Em exames desta ordem, os governos contentam-se, para a resolução dos negocios, com os dados que podem ser colhidos, e deixam à experiência futura a correção dos enganos que possam ter havido”.

(14). — 1 thaler ao câmbio de Londres de 25 ds. por 1\$000 — 1\$440 (Cf. *A Missão...*, I, pág. 194).

Quanto à exportação, informa-nos o Visconde, partindo da observação total da importação alemã de produtos coloniais, entre os quais se incluíam os brasileiros:

“O documento nº 18, organizado sobre os mappas officias do Zollverein, mostra qual tem sido nelle o progresso da importação dos generos colonias desde 1836 até 1844 (...) Este progresso, até aqui não interrompido, deve continuar necessariamente, e sem duvida em maior escala à proporção que a riqueza industrial do Zollverein se for desenvolvendo. Ao nosso café, por exemplo, offerece este Paiz o vasto campo de consumo (...) O nosso assucar, logo que favorecido seja, ou deixe de pagar um imposto desigual, ha de ser largamente consumido, visto que o de beterraba não é rival poderoso, nem será sustentado na Allemanha com a pertinacia com que o tem sido na França. O tabaco, apesar de ser um producto domestico, e cultivado com abundancia, será sempre importado, e achará prompta sahida mórmente em certas Provincias. E não se tenha por somenos este ramo de nossa produção; que pelas ultimas informações que recebi de Hamburgo (...), será facil reconhecer que a cultura e o commercio do tabaco, ainda ha pouco decahidos ou quasi extinctos na Bahia, se tem reanimado de tal sorte, que de Março à Abril deste anno, entraram naquele porto vindo directamente 2788 fardos de tabaco em folha, e 2572 rolos ou mangotes (*A Missão...*, I, págs. I, págs. 111-112)”.

Recorrendo ao documento nº 18, verificamos serem os seguintes, por ordem decrescente, os productos coloniais importados pelo Zollverein no anno de 1844: açúcar, café, madeiras de tinturaria, tabaco em rôlo, couros e crina, arroz, lã de carneiro, sêbo e graxa, madeiras de marcenaria, aguardente, pimenta, tabaco preparado e cigarros, anil, melação, pele, cacau, gengibre, doces, chá e sola.

De maneira geral, o Visconde não se revela abertamente otimista quanto à possibilidade de aumento das exportações brasileiras para o Zollverein, tanto pela inferior qualidade dos productos nacionais como também pela própria attitude do govêrno imperial (15). Tudo isto, porém, não o impede de ver na Alemanha um campo de amplas possibilidades para o Brasil, manifestando-se expressamente a respeito:

“Quanto mais estudo e observo, tanto mais convencido vou ficando de que nenhum Paiz Europeo offerece um mercado tão vasto

---

(15). — Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem: “Apesar das minhas repetidas explicações, a demora na remessa das instrucções que sollicitei em Maio (sobre um negocio que devia achar-se d’ante mão preparado, como o dá a entender a Missão especial que me trouxe a Berlim), é aqui attribuida por uns à mudança de opinião do Governo Imperial, e por outros à falta de confiança no Plenipotenciário. O desembaraço com que

e seguro para os productos do Brasil, como a Allemanha (*A Missão...*, I, pág. 269)".

Dentre os artigos exportados, alguns dão fácil margem a umas tantas considerações. O tabaco, por exemplo, cuja industrialização, iniciada na Bahia pelo austríaco Schnorrbusch, dera origem a firmas famosas, tais como Dannemann, fundada em São Félix, 1873, logo seguida por Suerdick, Stender e Pook (cf. Oberacker, *Op. cit.*, pág. 272). O tabaco, bem como a aguardente, eram utilizados pelos alemães também para seu comércio com os negros da costa ocidental africana, ao menos até meados da década de 1850, quando os productos brasileiros passaram a ser substituídos, para tal fim, pelo tabaco do Kentucky e pelas bebidas alcoólicas alemãs (Schramm, *Deutschland...*, págs. 225, 278).

Ao café, naturalmente, destinava-se um papel preponderante, a despeito do pessimismo do Conselho d'Estado Imperial, para o qual

"excluindo a Inglaterra de seu mercado nosso café e assucar, e admitindo dos d'outros paizes que são de superior qualidade, natural era que os generos do Brasil fossem substituir o vasio que nos diversos mercados deixavam os que fossem consumidos na Inglaterra. O progresso da sociedade de Temperança, mormente na Allemanha, onde muitas são protegidas pelo governo, devia de promover o consumo dos nossos mencionados generos, por isso que esperavam todos que às bebidas espirituosas substituisse o café. Estas duas occurencias eram no conceito de muitos apropriadas para augmentar a demanda destes generos, mas tanto assim não succedeo, que estão depreciados como dito fica".

"D'aqui resultou a crença que as classes abastadas não tem gosto pelo seu consumo, e que os pobres recorreram a equivalentes, como na Allemanha à chicorea".

Pouco adiante, relatando as negociações relativas à possibilidade de uma baixa de direitos sobre productos brasileiros por parte do Zollverein, assim se manifesta o mesmo parecer:

"Cabe notar que talvez nesta redução não seja beneficiado tanto o nosso café e tabaco, porque sua inferioridade é de natureza tal, que a quantidade não compensa a qualidade; por exemplo: uma arroba de assucar bom vem a ter o mesmo valor que uma arroba de assucar inferior; mas uma arroba de bom café não poderá jamais

---

a Diplomacia Ingleza alardea que nenhum Tractado se fará em prejuizo da influencia Britannica no Brasil, serve de fundamento à primeira hypothese; e o facto de ser V. Ex. meu adversario politico, facto conhecido aqui talvez por informação do Agente Prussiano, ou da Legação Ingleza em Berlim, serve de abono à segunda hypothese (Carta a A. P. Limpo d'Abreo, in *A Missão...*, I, pág. 255)".

ser igualado em valor à uma arroba de inferior ainda com muitas libras de mais. Assim que só beneficiará ao nosso café a medida proposta se não houver no Zollverein gosto já formado para o superior, como acontece na Rússia, onde não se consome uma libra de café brasileiro (Parecer de 12 de setembro de 1845, in *A Missão...*, I, págs. 241 e 245)" (16).

Apesar de não se haver notado diferença sensível na qualidade do café nacional (cf. A. de E. Taunay, *História do café no Brasil*, vol. VI. pág. 16), a exportação para o pôrto de Hamburgo tendia a aumentar, a julgar-se pelos dados referentes a 1871 e 1872, quando foram desembarcadas naquele pôrto, respectivamente, 56.900 e 81.133 sacas. Hamburgo passara, então, do sétimo para o terceiro lugar entre os portos de destino do café, vindo após os Estados Unidos e os portos do Canal (cf. Taunay, *op. cit.*, VII, pág. 7).

À firma Theodor Wille coube iniciar o embarque de café no pôrto de Santos, evitando-se assim que o produto paulista fôsse levado primeiramente para o Rio de Janeiro. Isto beneficiou enormemente a vida econômica paulista, fazendo com que, na década de 1880, já dezesseis firmas alemãs exportassem mais de metade do café brasileiro pelo pôrto de Santos (cf. Oberacker, *Op. cit.*, pág. 276).

Em 1871, temos o testemunho de Canstatt, revelando as dificuldades alemãs no intercâmbio com o Brasil, dada a concorrência de outros países, especialmente a Inglaterra, como se vê:

"Embora a Alemanha possa fornecer muitos dos artigos importados pelo Brasil, tão bons, ou talvez melhores e mais baratos do que os da Grã-Bretanha, França e demais Estados, criou-se desde há muito no país uma antiga preferência por produtos ingleses e franceses, que mesmo grandes casas alemãs levam sempre em conta (*Op. cit.*, pág. 145)".

Sempre segundo Canstatt, a Alemanha encontrava-se em sexto lugar no volume de transações comerciais (após Inglaterra, França, Estados Unidos, Argentina e Portugal), mas com a ressalva de que lhe caberia talvez uma posição mais saliente na lista, se a maior parte de seus artigos, ao invés de saírem pelas cidades haseáticas, não saíssem pela França, Bélgica e Inglaterra. Dentre os artigos alemães importados pelo Brasil, salientavam-se as malhas e

---

(16). — Quanto às razões da inferioridade do café brasileiro, cf. Taunay, *op. cit.* V. págs. 93 e ss. Observe-se que um filho de alemães, W. B. Weinschenck, foi o inventor de um engenho horizontal despulpador de café (*Idem*, pág. 104).

“comestíveis mais finos”, sendo “importante, também, a exportação pelas cidades hanseáticas de tabaco e charutos para o Brasil, o que não recomenda muito o produto nativo” (pág. 146).

O mesmo autor não é detalhado em dados referentes à exportação nacional de café, sequer mencionando a Alemanha como país comprador. Os teutos são referidos apenas no tocante aos couros, tabaco e — como os menores consumidores europeus — ao açúcar.

Vinte e cinco anos mais tarde, na relação estabelecida por M. Lamberg, a Alemanha merece destaque na maioria dos itens de importação brasileira; cabe-lhe o primeiro lugar, então, no concernente a roupas brancas feitas, máquinas para a agricultura, indústria e usos caseiros, drogas, tapêtes, objetos de porcelana e vidro, papel e cartanagens, brinquedos, armas e aparelhos bélicos e instrumentos musicais. Acrescentem-se, ainda, os artigos importados da Áustria, que tinha a primazia nos móveis curvados e quinquilharia (M. Lamberg, *O Brasil*, págs. 140-143).

Lembremos, finalmente, um aspecto sombrio nas relações do Brasil com Hamburgo: as suspeitas levantadas pelo governo britânico, segundo as quais barcos hamburgueses, no comêço da década de 1840, estariam participando do tráfico negreiro. De acôrdo com tôdas as informações, todavia, tratar-se-ia de pretexto usado pelos ingêses para dificultar a penetração comercial teuta na costa ocidental da África (Schramm, *Deutschland...*, págs. 186-199).

\*

#### UM INCIDENTE TEUTO-BRASILEIRO EM 1871.

A imigração alemã, realizando-se em condições precárias, facilmente daria margem a incidentes teuto-brasileiros. Na Alemanha, aliás, eram comuns as queixas dos jornais contra as “opressões e injustiças” que recaíam sôbre os imigrantes, levando a uma verdadeira difamação do Brasil (cf. Lamberg, *Op. cit.*, págs. 111 e ss.). Um dos resultados desta campanha foi justamente o referido decreto do ministério von der Heydt, paralisando a vinda de alemães, e contra cujos efeitos os brasileiros procuravam reagir, nos últimos tempos do governo imperial.

Nada de admirar, assim, que um incidente de natureza policial, em que se envolveram alemães e brasileiros, repercutisse no campo da política migratória. O próprio então ministro do exterior, Manoel Francisco Correia, é quem nos relata o episódio, chamando a atenção, preliminarmente, para os boatos de fins de 1871, segundo os quais os alemães estariam preparando uma esquadra, em Kiel e Wil-

helshaven, para demonstrações de hostilidade ao Brasil (cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXIV, Parte II, 1901, págs. 5-86). Os rumores chegaram a tal ponto, que o ministro decidiu ter uma conferência com o encarregado de negócios da Alemanha no Rio de Janeiro, ponderando-lhe os perigos a que se exporia uma numerosa tripulação teuta na cidade, dada a constante incidência de febre amarela na região. Hermann Haupt (17), respondendo interinamente pela Legação de seu país, em nota enviada ao govêrno imperial, afirmou nada saber a respeito, deixando de compreender, porém,

“por que causaria inquietação ver navios da marinha de guerra alemã nos portos onde sua bandeira mercante é das mais freqüentes”.

Apesar disto, insistiu Manoel Francisco Correia, lembrando serem tão afirmativas e repetidas as notícias de jornais europeus acêrca de um próximo conflito entre Alemanha e Brasil, que não era de estranhar a intranquilidade das esferas oficiais brasileiras.

Houvera, na verdade, um incidente que estaria no ponto de partida de tais rumores. Os fatos foram os seguintes: em outubro de 1871, a corveta alemã *Nymphe*, em caminho para a China, fêz escala no Rio de Janeiro. Seis de seus oficiais, à paisana, convidados por um alemão estabelecido na cidade, Sr. Palm, na noite de 18/19, dirigiram-se do *Hotel Central*, sito no Largo de São Francisco de Paula, “para tomar refrescos”, segundo a nota da Missão alemã de 20 de outubro, mas também “em companhia de mulheres de má vida”, conforme notaram as autoridades policiais. Foram aí provocados por um brasileiro, funcionário da própria Secretaria de Negócios Estrangeiros, que se encontrava em avançado estado etílico, originando-se um conflito que degenerou em ampla desordem, com a conseqüente intervenção da polícia e prisão de quatro oficiais, além do Sr. Palm. Segundo a Legação alemã, os oficiais foram ainda submetidos a maus tratos, acrescidos do desaparecimento de dinheiro e de uma charuteira. Seguiu-se troca de notas entre o govêrno brasileiro e a Legação alemã, insistindo esta na necessidade de urgente devolução dos oficiais ao seu barco, que não mais podia demorar-se em sua missão, e

---

(17). — H. Haupt inclui-se na relação do Visconde de Taunay, sob o título *Estrangeiros ilustres e prestimosos que concorreram com todo esforço e dedicação para o engrandecimento intelectual, artístico, moral, militar, literário, econômico, industrial, comercial e material do Brasil, desde os princípios deste século até 1882*. Lê-se o seguinte: “Não deve ser esquecido Hermann Haupt, cônsul da Alemanha muitos anos, apesar de tantas pendências desagradáveis que teve com o govêrno brasileiro, pela má direção impressa ao conseqüimento e à colocação dos imigrantes”. (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LVIII, parte II, 1895, págs. 225-248).

replicando aquêles estarem os culpados sujeitos à lei brasileira como desordeiros, devendo ser processados, portanto. O processo foi rápido, os presos foram soltos mediante fiança, seguindo viagem com sua corveta.

Algumas notas foram ainda trocadas e o episódio estaria, talvez, completamente esquecido, não fôsem os boatos acima referidos e seu reflexo no incidente de 1872, a propósito da vinda de alemães para o Brasil. Tendo o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul contratado com a firma Caetano Pinto & Irmãos e Holzweissig & Co. a vinda de 40.000 alemães, e reduzido êste número, em seguida, a 20.000, o nôvo chefe da Legação alemã no Brasil, Conde Solms, comunicou o fato ao seu govêrno, em officio que foi publicado no *Norddeutsche Allgemeine Zeitung* em 4 de agôsto de 1872. Faziam-se, aí, referências à presumida má-vontade dos brasileiros para com os alemães, acusando-se também o cônsul teuto Ter Bruegen de pender mais para os interêsses brasileiros do que para os de seus compatriotas. O resultado disto foi obstar-se à projetada vinda dos emigrantes, além de nova onda de desconfiança perante as condições oferecidas à colonização européia no Brasil. Em Luebeck, aliás, Avé Lallemand abalançou-se a publicar um folheto em defesa dos brasileiros.

Ora, a questão da *Nymphe*, segundo Solms, teria tido grande papel na decisão de reduzir-se à metade o número de imigrantes, o que era desmentido pelo ministro M. F. Correia, em 11 de dezembro de 1872, como se vê.

“a questão da *Nymphe*, convém dizê-lo, não deixou no ânimo do govêrno imperial a menor idéia de ressentimento ou hostilidade para com o da Alemanha, e a melhor prova disto é que, longe de opor embaraços à emigração desta para o Império, a autoriza e promove (...). Concluindo, o govêrno Imperial, sem entrar aqui na apreciação da conveniência de celebrar uma convenção consular com o Império da Alemanha, está convencido de que a garantia dos direitos e propriedades dos colonos alemães no Brasil não dependem absolutamente dêste ajuste internacional (M. F. Correia, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LVI, parte II, 1893, págs. 125-136)”.

O Conde Solms, então de licença, não voltou ao seu pôsto no Brasil. Manoel Francisco Correia, por sua vez, deixou o ministério em janeiro de 1873. E, que se saiba, não houve sequelas do incidente.

### OUTRAS RELAÇÕES.

Quanto a outros setores das relações Brasil-Alemanha, quer-nos parecer tratar-se, mais, de atividades de alemães no Brasil, tal o caso dos técnicos que, trazidos pelo Barão de Capanema — de nome Wilhelm Schuech — vieram instalar o telégrafo. Além disso, há o caso, não tanto de relações, mas de reflexos da Alemanha no campo cultural, especialmente. Escapam, portanto, ao âmbito de nosso capítulo.